

12/04/2017 - Sinttel-ES

Negociações 2016: Reajustes salariais acima da inflação atingem o menor patamar desde 2003

O balanço das negociações salariais acompanhadas pelo DIEESE revelou que o resultado da negociação coletiva de 2016 foi um dos mais desfavoráveis para os trabalhadores, quando comparado com os reajustes dos últimos 20 anos.

Das 714 unidades de negociação analisadas pelo país em 2016, apenas 19% dos reajustes resultaram em ganhos reais aos salários, igualando à proporção mais baixa da série registrada em 2003. A frequência de reajustes abaixo da inflação atingiu o patamar de 37%, o que há muito tempo não se observava e 44% tiveram valor igual à variação do índice da inflação.

Neste cenário, a variação real média registrada em 2016 foi negativa (-0,52%), algo que não ocorria desde 2003. Em 2015, a proporção de reajustes abaixo da inflação aumentou significativamente, assim como os reajustes iguais à inflação; e pouco mais da metade das negociações obtiveram aumentos acima da inflação. Em 2016, a situação se agravou.

O que afeta as campanhas salariais, segundo o DIEESE, é a grave crise econômica pela



qual passa o país. Como mostram os dados recém-publicados pelo IBGE sobre o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, a queda no nível da atividade econômica foi geral e profunda. E os dados das pesquisas de emprego e desemprego (PED) do DIEESE e Fundação SEADE indicaram o preocupante aumento das taxas de desemprego e desocupação.

Um dos poucos fatores positivos da economia em 2016 foi a leve queda das taxas de inflação. Por isso, algumas categorias conseguiram ao menos recompor o poder de compra dos salários. Para parte dos trabalhadores que conseguiu manter-se empregada em 2016, a recomposição do valor real dos salários foi o melhor que conseguiram conquistar

nestes tempos tão adversos.

A profunda recessão econômica pode ter sido fator determinante para a queda das taxas de inflação, conforme aponta o DIEESE. No entanto, trata-se do exemplo do remédio que, a custos de matar o paciente, dá a falsa impressão de debelar a doença. Enquanto tal cenário não for revertido, as negociações coletivas continuarão se dando em ambiente muito adverso aos trabalhadores.

Setores

O setor de serviços registrou a maior proporção de reajustes salariais abaixo da inflação em 2016. Quase a metade dos reajustes nesse setor (49%) não repôs as perdas salariais acumuladas desde a última data-base. No entanto, 21% das negociações do setor conseguiram aumento real – acima da proporção geral, portanto. Os demais 30% tiveram reajustes iguais à inflação.

A indústria e o comércio tiveram resultados semelhantes no tocante à proporção de categorias com reajuste igual à inflação (53% e 50%, respectivamente) e abaixo (31% e 29%, respectivamente). Em todos os setores, reajustes acima da inflação foram os menos frequentes.

11/04/2017 - FUP

Toma-lá-dá-cá: agências de risco endossam política entreguista de Parente

Ontem, 10/04/2017, a agência de risco Moody's elevou a nota de crédito da Petrobrás. O fato foi bastante comemorado pela gestão da empresa e pelo governo golpista de Michel Temer.

Desde 2015, como consequência da operação Lava-Jato, as agências de risco, entre elas a Moody's, têm rebaixado sistematicamente o rating da estatal. O curioso é que nesse período, a petrolífera brasileira tem apresentado bons resultados operacionais, que só não significaram lucros para a sociedade brasileira por conta dos recorrentes impairments realizados desde 2015.

A Petrobrás sempre se manteve como uma empresa que agrega valor a partir da sua atividade operacional, apesar de vir sendo gerida nos últimos dois anos com foco na redução do seu endividamento e, principalmente, na venda de ativos. Com a gestão Pedro Parente, eliminou-se qualquer seletividade dos processos de desinvestimento, iniciando uma política do tipo "quanto mais vender, melhor". A partir daí, as agências de risco começaram a elevar as notas de crédito da Petrobrás.

Logo após o golpe, com a entrada do novo presidente da empresa, a Moody's já havia elevado o rating da companhia de B3 para B2. Ontem, menos de dez meses depois, a mesma agência subiu novamente a nota

para o nível B1. A justificativa foi uma melhora no perfil de liquidez e na eficiência de custos. Será que um período de apenas dez meses é razoável para se avaliar a gestão financeira de uma corporação? Na gestão Bendine, as agências tinham uma preocupação maior com o desempenho da Petrobrás. Por que agora o tratamento é diferenciado?

Em recente artigo publicado na revista Carta Capital, o economista e professor Luiz Gonzaga Belluzzo ajuda a esclarecer essas questões. Ele lembra que uma semana antes da quebra do Lehman Brothers, a Moody's classificava o banco americano como A. E, logo depois da crise, rebaixou para o "lixo" cerca de 73% das instituições antes classificadas como AAA – a nota mais alta. Não por acaso, lembra ele, "as trapalhadas e malfeitorias [das agências] estão registradas no relatório do Congresso americano sobre a crise de 2008 e nas transcrições dos debates que levaram à promulgação da Lei Dodd-Frank". Ou seja, o próprio governo americano reconheceu a incompetência das agências, criando uma nova lei que fortaleceu a regulação do sistema bancário ao submeter os bancos anualmente a testes que medem sua resistência a crises financeiras.

Leia mais em: <http://migre.me/wqAy5>



11/04/2017 - Instituto Telecom

Nossa Opinião - A Oi e o Brasil de amanhã

Privatizado em 1998, o setor de telecomunicações é um exemplo do que acontecerá com o Brasil se o modelo defendido pelo governo golpista Temer prevalecer. Com o apoio total da mídia, o discurso de que a solução para os problemas brasileiros está na venda do que ainda restou das estatais, na abertura total ao mercado, campeia sem reservas. A bola da vez são os Correios.

Em 1998, o país abriu mão de ter uma política realmente pública que levasse em consideração os interesses nacionais. Cometeu-se o erro primário de estabelecer um modelo que vinculava a universalização à competição. Ou seja, toda força ao mercado. Passados quase 19 anos o que se vê é a concentração brutal dos serviços. O caos.

Os números de 2016 demonstram como os interesses exclusivos do mercado podem destruir uma empresa, a Oi, que já se intitulou a grande empresa nacional de telecomunicações.

Receita líquida- em 2010 era de R\$ 29,5 bilhões. Seis anos depois caiu para R\$ 25,2 bilhões. Queda registrada na telefonia residencial, corporativa e na telefonia celular.

Lucro líquido- em 2012 foi de R\$ 1,8 bilhão. No ano passado, um prejuízo de R\$ 7,1 bilhões.

Caixa- em 2015 havia crescido para R\$ 16,8 bilhões com a venda dos ativos da Portugal Telecom. Em 2016 caiu para R\$ 7,8 bilhões.

Investimento – em 2012 foram R\$ 6,2 bilhões. Em 2016, não passou de R\$ 4 bilhões. Uma queda de 35%.

Esses números referem-se a uma empresa que tem 34,3% da telefonia fixa, 24% da banda larga fixa, 17,3% do celular e 7% da televisão por assinatura de todo o Brasil. Uma empresa “responsável” pelas telecomunicações em 26 estados da federação.

A situação da Oi é desesperadora. Apesar disso, na semana passada, o presidente da

Anatel disse que não vê, ainda, razões para intervenção na empresa. Segundo ele, a Oi está recuperando seus indicadores de qualidade. Uma empresa que teve um prejuízo de R\$ 7 bilhões e uma dívida de mais de R\$ 70 bilhões pode ser vista como em recuperação?

Lamentavelmente, a lógica que vale para a Oi é a mesma que vem sendo aplicada no país. Grupos sem nenhum compromisso com o crescimento e distribuição de renda tomaram de assalto o poder. Enquanto o país está indo para um grande buraco o governo/mídia dão a ideia de recuperação da economia. Como afirma Leonardo Boff, “no Brasil não se tem apenas o neoliberalismo, temos o neoliberalismo radical e reacionário”.

A saída é manter a resistência. Intervir na Oi e retirar os golpistas do poder são objetivos que se combinam. O Brasil não pode ser a Oi amanhã.

11/04/2017 - Instituto Telecom

Kassab: Se degradar serviço, a intervenção na Oi será imediata

Para o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, se a Oi tivesse algum problema de degradação de serviço, a intervenção da Anatel já teria acontecido. “A questão da Oi é econômica, se operacionalmente não estivesse correspondendo às obrigações contratuais, já teria sido feita a intervenção. É inadmissível que ela falhe um único dia, muito menos uma semana, ou um mês”, disse a jornalistas durante a reinauguração do centro de inovação da Huawei, em São Paulo, na sexta-feira, 07/04.

Kassab reiterou que não é intenção do governo fazer a intervenção na Oi, mas admite que a preocupação aumenta dia a dia, uma vez que as negociações entre a empresa e os credores não avançam como o esperado. “Nenhuma empresa no Brasil tem uma dívida de R\$ 65 bilhões como a Oi tem e com bancos públicos envolvidos. É natural que se tenha uma tensão e um cuidado muito grande. Pedimos para a Anatel se preparar para a intervenção e ela está preparada. Já selecionou os nomes para a intervenção. Esperamos que não seja necessário, mas se for, estamos preparados”, reforçou.

Kassab não quis dar uma data para a publicação da Medida Provisória que vai redefinir o modelo de intervenção do governo em concessões públicas, até porque a MP passa pela avaliação de diversos ministérios. Sustenta ainda que não é necessário esperar a MP para uma possível intervenção na Oi, mas admite que se houver a MP publicada, a segurança jurídica será maior.

Capitalização

Na sexta-feira, 07/04, a Oi divulgou um posicionamento confirmando que está buscando uma capitalização, mesmo durante o processo de recuperação judicial, conforme o publicado pelo jornal Valor Econômico. Leia a íntegra da nota da Oi.

A Oi estuda alternativas dentro do processo de renegociação da sua dívida para incluir aumento de capital na companhia, tema que vem sendo abordado nas diversas interações que mantém com credores, acionistas e potenciais investidores. A análise sobre potencial emissão de capital, ainda em estágio inicial de discussão entre os atores no processo, seria para fortalecer ainda mais o balanço da companhia e não para equacionar as dívidas com os credores, mantendo os recursos novos exclusivamente para investimentos.

“Estamos comprometidos em buscar alternativas possíveis para equacionar a dívida da companhia e a injeção de recursos novos nesse momento parece que nos ajudaria a estabelecer um diálogo entre acionistas e credores e chegar num acordo. Estamos ainda em fase inicial de discussão sobre as condições e volume de aportes a serem feitos, mas os recursos poderiam vir de acionistas, credores e investidores externos. Essa iniciativa de trazer dinheiro novo para investimentos e não para pagamento de dívida mostra os movimentos que estão sendo feitos para garantir o fortalecimento da Oi”, revela Marco Schroeder, presidente da Oi.

11/04/2017 - Instituto Telecom

Governo vai perder R\$ 2,7 bilhões em impostos no setor de TI

A situação é dramática se não houver a reversão da reoneração da folha de pagamento para software e serviços de TI, adverte o presidente-executivo da Brasscom, Sergio Paulo Gallindo. As empresas reivindicam o retorno do desconto de 4,5% sobre o faturamento da empresa e tentam recolocar a obrigatoriedade para todos. Essa última medida, caiu em dezembro de 2015, ainda no governo Dilma. Em 2016, com o aumento da alíquota da de-

soneração da folha – feita no governo Dilma – de 2% para 4,5% – já houve fechamento de 13 mil vagas de postos de trabalho.

“Se essa medida de oneração da folha de pagamento, as empresas vão repassar para os preços, e pode haver a queda da demanda, até porque a crise não passou ainda. E qual será o impacto: o desemprego. Nossas contas mostram que 83 mil postos de trabalho serão fechados nos próximos três anos”,

adverte Gallindo.

Mas caso se mantenha a política de contribuição da receita bruta no valor de 4,5%, numa medida conservadora, o setor tem potencial de crescer 6% ao ano. Se esse crescimento acontecer, os postos de empregos serão mantidos e a capacidade contributiva dos empregados vai aumentar e a expectativa é que R\$ 2, 7 bilhões entrem nos cofres públicos.

11/04/2017 - Instituto Telecom

Mais duas ações chegam ao STF contra a lei da terceirização

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu mais duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 5686 e 5687) para questionar a Lei 13.429/2017, a chamada Lei da Terceirização, sancionada pelo presidente Michel Temer em 31 de março último. Os autores das ações são, respectivamente, a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) e PT e PCdoB. A norma permite a terceirização de todas as atividades das empresas.

A CNPL alega que a terceirização “ampla e irrestrita”, posta na nova lei, ofende fundamentos basilares da República Federativa do Brasil, previstos na Constituição Federal, entre eles princípio da dignidade da pessoa humana; a consagração dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a busca pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a prevalência dos direitos humanos.

Já os políticos do PT e do PCdoB defendem a inconstitucionalidade da norma por entender que a lei pretende impor a regulamentação ampliada e irrestrita das contratações pela via dos contratos temporários e da terceirização, em afronta a direitos fundamentais, tais

como os direitos sociais, além de menosprezar princípios sobre os quais foram insculpidas a proteção do trabalho e sua normatização. Alegam também ofensa a convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que instituem parâmetros relacionados à dignidade das relações de trabalho, incorporadas ao ordenamento jurídico nacional.

As ações estão sob relatoria do ministro Gilmar Mendes, que já relata a ADI 5685, ajuizada pela Rede Sustentabilidade contra a mesma norma.

Mandados de segurança

O ministro Celso de Mello julgou extintos os quatro mandados de segurança impetrados por parlamentares federais contra a tramitação do projeto de lei que deu origem à Lei da Terceirização. De acordo com o relator, a jurisprudência do STF entende que, concluído o processo de elaboração legislativa e dele havendo resultado a edição de lei, não mais subsiste a legitimidade de membros do Congresso Nacional para mandado de segurança.

12/04/2017 - Telesíntese

Setor de telecom também contesta decisão de Temer em reonerar folha previdenciária

Para a Febratel, aumento na alíquota que incide sobre a folha de pagamento do setor de TI vai gerar um efeito cascata e repercutir também nas teles, obrigando-as a elevar os preços ao consumidor.

A Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel) se juntou ao coro das empresas que rechaçam a reoneração da folha previdenciária como uma das medidas de ajuste fiscal do governo de Michel Temer. A entidade divulgou seu apoio ao setor de TI, que na semana passada publicou um manifesto afirmando que o resultado da medida do governo seria retração e aumento das demissões.

No final de março, o governo publicou medida provisória que determinou o fim da desoneração tributária sobre a folha de pagamento das empresas de TI nacionais. O setor recolhia 4,5%, mas conforme a MP, deverá recolher 20% a partir de julho.

“Tais mudanças afetarão negativamente toda a cadeia de valor

da prestação de serviços de telecomunicações, da indústria aos ‘call centers’, pois as soluções com tecnologia da informação são a ela essenciais. Essa reoneração, somada à já insuportável carga tributária incidente sobre o serviço essencial das telecomunicações, penalizará ainda mais seus usuários”, atesta a Febratel.

Na última semana, o ministro Gilberto Kassab (MCTIC) afirmou estar convencido dos impactos negativos da reoneração sobre o setor de TI, e disse que iria levar a demanda das entidades ao governo para uma reavaliação.



12/04/2017 - Telesíntese

A renovação das frequências é o mais importante no PLC 79, afirma Félix, CEO da América Móvil

O presidente do grupo América Móvil no Brasil, José Félix, é muito pouco afeto a debater em público questões vinculadas à regulação setorial. Em entrevista ao Tele.Síntese, porém, ele fala sobre o PLC 79 projeto que, para ele, é fundamental que preserve o princípio da renovação do espectro, sob risco de poder provocar um caos no serviço. O executivo fala também dos planos da empresa para este ano, e já se prepara para outra polêmica: acha que a separação entre distribuição e produção de conteúdo prevista na lei do SeAC não sobrevive por muito tempo no Brasil.

O presidente do grupo América Móvil no Brasil, José Antonio Félix, é muito pouco afeto a debater em público questões vinculadas à regulação setorial. Nesse bate-papo ao Tele.Síntese, o executivo prefere romper essa postura e defender abertamente o seu ponto de vista sobre o PL 079, que permite a migração das concessões para as autorizações – e que está parado por liminar do STF. Para o executivo, mais importante para os investidores que aqui aportaram seus bilhões não é essa migração para uma novo regime contratual, mas as renovações das frequências de maneira onerosa, mas sem a obrigatoriedade da reabertura de licitação pública, conforme propõe o projeto.

Félix argumenta que nos mais diferentes países onde os serviços de telecom são avançados, não se consegue imaginar uma empresa que ocupe uma frequência por tempo determinado, como propõe a atual legislação brasileira. E indaga: "E se uma outra empresa ganhar a

licitação que a Claro ocupa? Quanto tempo ela vai levar para montar a rede?" Argumenta que, se isso ocorresse, qualquer operadora que perdesse esse espectro teria que retirar a sua infraestrutura do país. "E os usuários, como ficariam"?

O executivo afirma também na entrevista que não vê o país sem a Oi ou sem a rede da concessionária, e reconhece na empresa concorrente uma postura bem mais agressiva em preços, principalmente na telefonia celular.

Ele aposta no crescimento de sua empresa este ano, mas enxerga ainda como desafiador o segmento de TV paga. E já lança novos debates para o futuro: acha que em breve o próprio mercado não vai mais querer a atual divisão que existe na lei do SeAC, que proíbe que operadores de TV paga comprem empresas de conteúdo de TV. "Isso vai acabar", vaticina.

12/04/2017 - RBA

Copom faz novo corte, e taxa de juros cai para 11,25%

Redução agora foi de um ponto percentual

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central fez nesta quarta-feira (12) um novo corte, o quinto seguido, na taxa básica de juros, a Selic, que foi fixada em 11,25% ao ano. A redução, sem viés, foi de um ponto percentual. A decisão foi unânime.

Em termos reais, os juros ainda seguem em nível mais elevado que no período de inflação maior. Há um ano, por exemplo, com a Selic em 14,25%, o IPCA somava 9,28%. Agora, com uma taxa básica de 11,25%, a inflação oficial, "controlada" em parte pela recessão econômica, atinge 4,57% em 12 meses, até março.

Somadas, as cinco reduções consecutivas na taxa atingem três pontos percentuais. A Selic se manteve em 14,25% durante 10 reuniões,



de julho de 2015 a outubro do ano passado.

"O conjunto dos indicadores de atividade econômica divulgados desde a última reunião do Copom permanece compatível com estabilização da economia no curto prazo. A evidência sugere uma retomada gradual da atividade econômica ao longo de 2017", diz o Copom em nota publicada ao término da reunião. Segundo o Comitê, "o comportamento da inflação permanece favorável".

Já o cenário externo ainda é considerado incerto. "Há incerteza sobre a sustentabilidade do crescimento econômico global e sobre a manutenção dos níveis correntes de preços de commodities."

11/04/2017 - Revista Brasil

DENÚNCIA: SUAPE É A PASADENA DE TEMER

"Comprar empresa fora – expandindo nossa influência no mundo – é escândalo. Repassar aos gringos empresa brasileira moderna, ao preço de cinco dias de faturamento, é a coisa mais normal do mundo", diz Mauro Santayanna, em reportagem especial para a Revista do Brasil, sobre a venda de Suape a um grupo mexicano



Após a derrota de sindicatos – que deveriam ter insistido, em todo o país, com novas ações – o Judiciário acabou autorizando a escandalosa venda da Petroquímica Suape e da Citepe, de Pernambuco, a mexicanos pelo equivalente ao valor de pouco mais de cinco dias de seu faturamento.

Na Petroquímica Suape foram investidos R\$ 9 bilhões pela Petrobras. No final de 2015, a dívida da empresa era menos de R\$ 2 bilhões, o equivalente, portanto, a apenas dois anos de sua vendas, sua receita líquida cresceu em 19% naquele ano e o seu prejuízo caiu em 35% frente a 2014. Para que vender?

As razões daquele prejuízo, aliás, devem ser procuradas no próprio México. Por meio de um acordo de preferências tarifárias, a empresa que está comprando a refinaria, a Alpek, vende milhares de toneladas de PET ao Brasil sem pagar um centavo de imposto, e é o principal concorrente, em nosso próprio país, da mesma Companhia Petroquímica Suape, obrigando-a a trabalhar com um baixo nível de ocupação de apenas 65% de sua capacidade instalada.

Há perguntas que não querem calar. Por que – se tocar a petroquímica é um mau negócio – nossos hermanitos mexicanos estão comprando a empresa, que, aliás, poderia ter sido negociada com compradores que têm potencial para pagar muito mais, como os chineses, por exemplo? Ou por que não se colocou, a esse preço de ocasião, a empresa para ser vendida em bolsa, diluindo o seu capital e beneficiando, com esse negócio de pai para filho, milhares de acionistas brasileiros?

A primeira e mais óbvia razão para a compra pelos mexicanos é que ela está sendo vendida a preço de banana, por acionistas da Petrobras – como fundos de investimento, por exemplo – que podem comprar ações da Alpek na Bolsa de Valores do México antes, ou logo depois da concretização do negócio, lucrando, junto com os donos da Alpek, uma fortuna de bilhões de dólares na compra da refinaria por pouco mais de 10% do que foi investido no negócio. Vendendo barato, com

uma mão, e comprando com a outra, fora do país, um patrimônio que foi levantado com dinheiro de todos os brasileiros e que pertence majoritariamente a toda a população brasileira.

A segunda é que a Alpek e o seu controlador, o Grupo Alfa, não passam, exatamente, por um bom momento – por isso suas ações estão ainda mais "baratas" do que o normal – e precisam produzir boas notícias.

O fundador do grupo Alfa, Armando Garza, morreu na semana passada, e as ações da Alpek já tiveram uma queda de 16% no primeiro trimestre de 2017, com uma baixa de valor de mercado de mais de 5 bilhões de pesos mexicanos.

Os investidores mexicanos estavam preocupados com o futuro das ações devido à debilidade do relatório trimestral da empresa, justamente na área em que pretende se consolidar no Brasil, a de poliéster e de polipropileno, na qual suas vendas retrocederam em 3%, fazendo com que o seu Ebtida (sigla em inglês para Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization; ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização") tenha diminuído em 2016 em 7% com relação ao último trimestre de 2015.

Por tudo isso, a imprensa mexicana comemora ruidosamente em suas manchetes a compra da petroquímica de Suape pela Alpek.

A aquisição aumentará, potencialmente, a produção de ácido PTA pela Alpek em 33% e a de PET em 25% – pagando-se uma mixaria, a metade do valor que era esperada no início pelos observadores.

Calculava-se, na Cidade do México, que a compra poderia sair por um valor mínimo de US\$ 600 milhões – só os ativos de Suape valem várias vezes isso. Mas o preço final acabou ficando por pouco menos de US\$ 400 milhões, o equivalente a aproximadamente cinco dias de faturamento da Petrobras – por um patrimônio no qual foram investidos, voltemos a lembrar, R\$ 9 bilhões, que embute, na prática, o virtual controle do mercado brasileiro de um dos insumos mais usados em nossa economia. Leia mais em: <http://migre.me/wqAAE>



12/04/2017 - Brasil de Fato

Greve de 28 de abril acontece 100 anos após primeira Greve Geral brasileira

Paralisação de operários fez parte de movimento que culminou na aprovação da legislação trabalhista

A proibição do trabalho de menores de 14 anos foi consagrada no país em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Assim como o pagamento de 50% no caso de horas extras. Essas demandas, entretanto, já faziam parte das reivindicações do movimento operário no Brasil desde o início de século 20.

Essas foram algumas das bandeiras da primeira Greve Geral realizada no país, que completa cem anos no mês de julho. Além de questões relacionadas ao ambiente fabril, o movimento operário também pautava assuntos como o controle de preços de alimentos e dos aluguéis.

Localizada principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, a paralisação de 1917 durou mais de um mês e não foi pensada originalmente para ter um caráter geral. Em tempos em que a questão social era tratada como questão de polícia, um dos estopins da generalização da greve foi a morte do operário espanhol José Iniguez Martinez, causada pelas forças policiais.

O enterro de Iniguez ocorreu no Cemitério do Araçá, zona oeste da capital paulista. No dia, milhares de operários atravessaram a cidade ao realizarem uma marcha de bairros da região leste – como Mooca e Belenzinho – até o local.

Para Armando Boito, professor de Ciência Política da Unicamp e estudioso do mundo sindical, a Greve Geral de 1917 é um exemplo e nos ajuda a desmistificar a origem dos direitos trabalhistas. Segundo ele, as condições do movimento sindical – formado por imigrantes que sequer compartilhavam a língua – eram muito mais difíceis que as de hoje. “No caso do Brasil da Primeira República, há um fator que diferencia demais a classe operária: a língua. Dificultava a unificação. Além disso, havia disparidades muito grandes no que diz respeito, por exemplo, à remuneração”.

Além desta heterogeneidade, as condições políticas não eram favoráveis aos operários.

“A classe operária não tinha nem direito a voto. Era muito perseguida politicamente. As lideranças eram banidas para estados distantes do Brasil, ou expulsas para seus países de origem. Era muito difícil fazer sindicalismo na Primeira República. Apesar disso, os anarcossindicalistas conseguiram colocar em pé o movimento operário, fundaram a Confederação Operária Brasileira em 1906 e organizaram muitas greves”, diz.

O cientista político entende que a classe operária, em algum grau, sempre foi complexa e dividida em todos os países, citando como exemplo a descrição feita pelo historiador britânico Eric Hobsbawm sobre os trabalhadores europeus.

“Como é possível que uma classe tão heterogênea, no nível linguístico, nas condições de trabalho e de remuneração consiga se unificar? Na verdade, foi o movimento operário que criou a ideia e a realidade da classe operária, e não o contrário. É a luta que unifica”, defende.

Boito lembra que a mobilização operária continuou após a Revolução de 1930, inclusive por meio da Aliança Nacional Libertadora, que chegou a ter mais de 500 mil militantes no país. Foi nesse contexto que o então presidente Getúlio Vargas – que também precisava de apoio contra a reação da oligarquia cafeeira – aprovou a legislação trabalhista.

“Vargas sempre apresentou os direitos trabalhistas que vão sendo estabelecidos em seu governo, e finalmente consolidados na CLT de 1943 como uma dívida do Estado brasileiro, subliminarmente, dele próprio. Isso é mitologia. Quando o governo Vargas estabelece direitos ele está respondendo a uma pressão real que existe desde o início do século 20 e que se acumulou ao longo das décadas de 10, 20 e 30”, aponta. Nesse contexto, a disputa entre Vargas e as elites cafeeiras teria aberto uma brecha que potencializou as demandas operárias.

Presente

O papel das greves continuou marcando a história do Brasil. Luiz Ribeiro, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), cita, por exemplo, o papel do movimento sindical na redemocratização do país após a Ditadura Militar.

“A greve é um dos principais instrumentos do trabalhador para se fazer ouvir e expressar suas reivindicações. Quando recuperamos a história de conquista de direito se percebe que, na origem – por exemplo, redução da jornada, garantir piso e salário mínimo – há um movimento grevista. Olhando os processos políticos, como a redemocratização, as greves tiveram um papel essencial”, afirma.

Ribeiro explica que há, basicamente, dois tipos de greves: as defensivas e as propositivas.

“Na década de 90 eram muito mais defensivas, para manter direitos ou para que a lei fosse cumprida. A partir de 2003, há uma estabilização do número de greves e elas passam a ter uma característica bem própria: são propositivas, ou seja, que visam ampliação de direitos ou conquistas salariais”, aponta. A explicação para o fenômeno mais recente, entre outros fatores, foi a oferta de vagas, que criava uma tendência em direção ao pleno emprego, favorecendo a luta sindical.

No entanto, para Ribeiro, a próxima greve geral que está sendo puxada pelas centrais sindicais para o próximo dia 28 de abril foge dessa classificação. Na pauta deste ano estão a denúncia das alterações das regras da Previdência – que adia aposentadorias e diminui benefícios – e a defesa de direitos trabalhistas, muitos deles conquistados por meio da luta que tem como marco 1917.

“Nós consideramos a greve chamada para o dia 28 como política, porque reivindica a defesa de direitos universais, de toda a classe trabalhadora. A greve geralmente se relaciona de forma direta com uma empresa. A greve política transcende essa relação imediata, envolve os grandes temas nacionais”, analisa.